



Senado deve avançar na reforma política

Esforço concentrado após primeiro turno das eleições municipais vota medidas provisórias que trancam pauta, discute urgência para aumento de teto do funcionalismo e PEC com mudanças como fidelidade partidária e fim das coligações

O Senado retoma hoje as votações para desobstruir a pauta do Plenário, trancada por duas medidas provisórias. E deve avançar nas discussões sobre a PEC 36/2016, que trata de mudanças relacionadas à reforma política. De iniciativa de Ricardo Ferraço e Aécio Neves, a PEC traz a exigência de fidelidade partidária e o fim das coligações nas eleições proporcionais, além de estabelecer cláusula de barreira na atuação parlamentar dos partidos. O presidente do Senado, Renan Calheiros, defende redução do número de legendas. **3**



Renan (C), que conduzirá sessão de esforço concentrado agendada para hoje, defende redução do número de partidos

Renan aponta crescimento do PMDB nas eleições

Nas eleições de domingo, o PMDB manteve a primeira posição entre os partidos a ocuparem mais prefeituras no país, com 1.028 vitórias já no primeiro turno, e conquistou a maior quantidade de cadeiras nas câmaras municipais, com 7.570 vereadores eleitos, destacou o presidente do Senado, Renan Calheiros. Para ele, isso é motivo de muita celebração, no atual momento de “pulverização partidária profunda”.

Segundo Renan, o resultado das urnas revela pujança, reconhecimento, aceitação, credibilidade, capilaridade, força e expressão nacional de seu partido. **7**

Quase 570 emendas alteram MP do ensino médio

A proposta de mudanças no ensino médio, com política de incentivo às escolas de tempo integral e alterações curriculares, recebeu 568 emendas de parlamentares. A MP aguarda a instalação de uma comissão mista. Entre as

alterações mais polêmicas e que receberam mais emendas, estão as que acabam com a obrigatoriedade da licenciatura para professores, da oferta de línguas estrangeiras e do ensino de arte, educação física, sociologia e filosofia. **8**

Seminário destaca necessidade de abrir comércio **2**

Torcida organizada sofre preconceito, aponta debate **6**



Medida que altera diversos trechos da Lei de Diretrizes e Bases tem efeitos imediatos, mas deve ser aprovada em 120 dias

especial Cidadania

Cidadão deve ficar de olho nos gastos de prefeitos e vereadores

A lei determina que as prefeituras e as câmaras municipais têm de publicar na internet todos os seus gastos, para que cidadãos

possam fiscalizá-los e denunciar eventuais problemas. Segundo ONG, muitos municípios ainda falham no quesito transparência. **4 e 5**



Portal da Transparência do Governo Federal expõe gastos municipais

Congresso analisa recursos para Fies e destaques à LDO

Sessão do Congresso marcada para começar às 19h deve votar créditos de R\$ 702,5 milhões para o Fies e R\$ 400,9 milhões para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Além disso, senadores e deputados podem concluir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com três destaques pendentes, mais oito projetos de crédito suplementar e sete vetos. **3**

Campanha contra câncer de mama ilumina Legislativo

A partir de hoje e durante todo o mês, o edifício do Congresso Nacional terá iluminação cor-de-rosa. A iniciativa, que integra a campanha Outubro Rosa, busca chamar a atenção para a importância de prevenir o câncer de mama, uma das principais causas de morte de mulheres. A programação inclui audiências públicas, exposições, oficinas e lançamentos de livros. **2**



Nesta edição, encarte da Procuradoria da Mulher

Brasil precisa abrir o comércio, aponta debate

Especialistas também defenderam volta do crescimento econômico, em seminário que homenageou Werner Baer, professor americano que foi estudioso do Brasil e referência para economistas nacionais

A ABERTURA PARA o comércio internacional e a ênfase na retomada do crescimento econômico foram defendidas pelos participantes do seminário promovido pelas Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Assuntos Econômicos (CAE), na quinta-feira. Proposto pelo senador Cristovam Buarque (PPS-DF), o seminário foi em homenagem ao professor americano Werner Baer (1931-2016), cujos estudos se centravam na industrialização da América Latina, especialmente do Brasil.

Diretor da Casa das Garças, instituição de estudos econômicos sediada no Rio de Janeiro, Edmar Bacha apontou três vetores para o desenvolvimento do comércio internacional: tecnologia de ponta, escala de operação e concorrência. O Brasil, disse, é um dos países mais fechados do mundo no comércio. Tem 3% do PIB global, disse, mas só 1,1% das exportações mundiais. Para ele, a abertura para o comércio internacional seria um incentivo para o desenvolvimento de melhores produtos, e não um fator de desemprego.

— Todas as grandes economias são também grandes exportadoras, como Estados Unidos, China e Japão — afirmou Bacha, que pediu a redução do custo Brasil, a revisão da carga tributária e o incentivo aos acordos comerciais.

Infernos

Para o professor José Márcio Camargo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a mudança de governo foi positiva para o Brasil. Segundo ele, o foco deveria ser a retomada do crescimento econômico. Lembrando a ex-primeira ministra inglesa Margaret Thatcher, o professor disse que “só existem paraísos



Debate foi assistido, via internet, por economistas de países como Japão e Índia

fiscais porque existem infernos fiscais”. E o Brasil, segundo Camargo, tem vários infernos: inferno fiscal, inferno tributário, inferno regulatório.

— Todos esses infernos precisam ser resolvidos, se quisermos crescer a longo prazo, pois esses infernos expulsam os investidores estrangeiros.

O senador Cristovam disse que o Brasil precisa desenvolver um pensamento “pós-econômico”, com ênfase não só no crescimento, mas na forma e no destino do crescimento.

O professor Clóvis Cavalcanti, da Universidade Federal de Pernambuco, defendeu foco em um crescimento econômico que agregue elementos que não podem ser medidos, como o bem-estar da população. Ele falou da convivência com Werner Baer entre os anos 60 e 70, em Pernambuco.

Segundo Cavalcanti, Baer foi um dos maiores responsáveis por tornar Pernambuco um centro de referência em estudos econômicos, especialmente na área de economia ecológica, e também um grande incentivador dos economistas brasileiros da época, convidados por ele para dar aulas no exterior.

Já o professor da Universidade de São Paulo Eduardo Amaral Haddad mencionou a preocupação recorrente de

Baer com o tema das desigualdades regionais no país. Ele destacou que o norte-americano esteve diretamente envolvido com a criação da pós-graduação em economia no Brasil nos anos 60 e 70, além de ter tido papel fundamental no processo de criação da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, a Anpec.

Falta de qualidade

Outros especialistas que participaram do evento qualificaram de “pobre” o nível do debate econômico no Brasil.

O consultor Roberto Macedo e o secretário-executivo da Anpec, Maurício Bittencourt, também veem falta de maturidade e alto nível de “polarização ideológica” no debate econômico no meio acadêmico.

O economista Paulo Roberto Haddad criticou os cursos de economia no país, que avaliou como “muito fechados”. Na mesma linha, a economista Dorothea Werneck vê como desafio buscar uma colaboração prática entre o setor acadêmico e a administração pública.

Waldery Júnior, do Ministério da Fazenda, que coordenou o debate, informou que cerca de 150 economistas de vários países — como Japão, Índia, China e Inglaterra — acompanharam as palestras pela internet.

Medida altera renovação de concessão de rádio e TV

O governo enviou ao Congresso uma medida provisória que exige maior antecedência para apresentação de pedidos de renovação de concessão de rádio e TV. O texto foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*.

A MP 747/2016 determina que os interessados em renovar a concessão ou a permissão apresentem requerimento nos 12 meses anteriores ao término do prazo da outorga. Antes da MP, isso podia ser feito entre seis e três meses antes do fim do prazo.

Segundo a proposta, caso expire a outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido, mas em caráter precário, ou seja, de forma transitória. A regra anterior dizia que o pedido era considerado deferido se o órgão competente não se manifestasse em tempo hábil.

Notificação

As entidades que não apresentarem pedido de renovação no prazo previsto serão notificadas para que se manifestem em até 90 dias.

A MP já está em vigor. Para virar lei, vai passar por uma comissão mista especial e, depois, precisa ser votada separadamente pelos Plenários da Câmara e do Senado. Se em 45 dias a Câmara e o Senado não tiverem concluído a votação, passará a trancar a pauta da Casa em que estiver tramitando. Se o conteúdo for alterado, ela vai tramitar como projeto de lei de conversão.

Se a medida provisória for aprovada sem alterações, é promulgada pelo Congresso, sem necessidade de sanção.

Congresso ganha iluminação rosa em apoio à prevenção do câncer de mama

Será ligada hoje a iluminação no edifício do Congresso para a campanha Outubro Rosa, que busca chamar a atenção para a importância da prevenção do câncer de mama, uma das principais causas de morte de mulheres entre 30 e 69 anos. A programação inclui oficinas, audiências públicas, lançamentos de livros e exposições de fotografia e pintura.

A iluminação rosa de edifícios públicos de Brasília marca o lançamento da campanha. As atividades tiveram início em 26 de setembro, com a abertura da mostra

Viva Vida, na Senado Galeria. Produzida pela ONG Recomeçar, a exposição de fotos de mulheres que tiveram câncer de mama, acompanhadas de depoimentos, vai até 14 de outubro. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fará audiência pública amanhã sobre a Lei dos 60 Dias e a Lei da Reconstrução Mamária.

No dia 20, o Programa Pauta Feminina, da Procuradoria Especial da Mulher no Senado, discutirá as dificuldades que as mulheres com deficiência física enfrentam para realizar exames de detecção do câncer de mama.

RÁPIDAS

REFORMA MINISTERIAL É SANCIONADA COM VETOS

Foi publicada no *Diário Oficial da União*, na sexta-feira, a Lei 13.341/2016, que promoveu uma reforma administrativa na estrutura do governo federal. A norma teve origem na Medida Provisória 726/2016, que reduziu de 39 para 24 o número de ministérios. A lei foi sancionada com vetos parciais, que o Congresso tem agora prazo de 30 dias para analisar. Um dos vetos foi ao inciso que extinguiu o cargo de secretário-executivo do Ministério das Comunicações.

LEI BENEFICIA PRODUTORES RURAIS DE NORTE E NORDESTE

A Lei 13.340/2016, que dá descontos e facilita a renegociação de dívidas de produtores rurais do Norte e do Nordeste prejudicados pela seca, foi publicada no *Diário Oficial* do dia 29. Pela nova legislação — resultado da MP 733/2016, aprovada pelo Senado em 20 de setembro —, as dívidas poderão ser quitadas ou renegociadas com descontos até 29 de dezembro de 2017. O presidente Michel Temer vetou parcialmente três dispositivos do texto aprovado pelo Congresso.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT Energia alternativa**
8h45 Audiência interativa debate projeto que obriga a aplicação de recursos na pesquisa de fontes alternativas de energia.
- CDH Combate ao racismo**
9h Debate sobre a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.
- PRESIDÊNCIA Governadores**
9h Renan Calheiros participa do Painel Infraestrutura e Logística, no Interlegis. Às 15h, abertura da exposição *Um Mundo sem Trabalho Infantil*, no Congresso. Às 15h30, reunião com governadores do Norte e do Nordeste. Às 16h, ordem do dia. Às 18h, lançamento da campanha Outubro Rosa. Às 19h, sessão do Congresso.
- CMA Desmatamento na Amazônia**
9h30 Após votação de projetos, a comissão discute plano de trabalho para a avaliação de política nacional de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia.
- CAE Ilan Goldfajn**
10h Audiência com o presidente do Banco Central para debater política monetária.
- CÓDIGO DE AERONÁUTICA Táxi-aéreo**
10h45 Audiência analisa a criação de nova categoria para os táxis-aéreos.

- MP 735/2016 Setor de energia**
11h30 Análise de relatório da MP que facilita privatizações no setor elétrico.
- CE Empreendedorismo**
11h45 Projeto que inclui empreendedorismo no currículo escolar é um dos itens da pauta.
- CJ Anatel**
14h Sabatina de Juarez Martinho Quadros do Nascimento, indicado para a presidência do Conselho Diretor da Anatel.
- CRE Embaixadores**
14h Sabatina de indicados para embaixadas em Omã e em Mianmar.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Pauta de votações está trancada por duas medidas provisórias.
- MP 739/2016 Previdência Social**
14h30 Análise de relatório da MP que altera regras de benefícios da Previdência.
- MP 737/2016 Força Nacional**
15h30 Análise de relatório da MP que permite militares da reserva na Força Nacional.
- CAMPANHA Outubro Rosa**
18h Lançamento da campanha Outubro Rosa, contra o câncer de mama.
- CONGRESSO Vetos**
19h Sessão para análise de vetos, da LDO de 2017 e de outros projetos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Plenário analisa proposta de reforma política

Esforço concentrado de hoje avalia medidas provisórias e urgência para teto do funcionalismo, além de avançar discussão de PEC sobre fidelidade partidária e fim das coligações

O SENADO RETOMA seus trabalhos hoje, em esforço concentrado logo após o primeiro turno das eleições municipais, que ocorreram no domingo. Trancada por duas medidas provisórias, a pauta conta ainda com duas propostas de emenda à Constituição — uma delas relacionada à reforma política — e requerimentos de urgência, como o que trata do aumento do teto do funcionalismo.

Primeira medida provisória a ser votada, a MP 734/2016 liberou ajuda financeira da União ao estado do Rio de Janeiro, no valor total de R\$ 2,9 bilhões. O valor foi transferido em parcela única após a abertura do respectivo crédito orçamentário, com o objetivo de auxiliar as despesas com segurança pública durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Os eventos foram realizados em agosto e setembro.

Na mensagem enviada ao Congresso, o governo argumentou que a arrecadação do Rio sofreu uma queda brusca, tornando “agudo” o quadro de “contração de receitas”. O governo também lembrou que o sucesso e a segurança de grandes eventos, como os ocorridos no Rio, é importante para o turismo e para todo o país. A MP foi editada em junho, logo após o governo fluminense decretar estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira.

A MP 736/2016 tem relação com a primeira. A MP 734 autorizou o governo federal a realizar a operação de repasse. Já a MP 736 efetivou essa autorização, por meio de crédito extraordinário. A Constituição permite que o governo

edite MPs de crédito para atender despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Número de partidos

Também consta na pauta do Plenário a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 36/2016, que trata de temas relacionados à reforma política. A proposta tramita em conjunto com a PEC 113A/2016 e cumpre sua quarta sessão de discussão em primeiro turno. De iniciativa de Ricardo Ferraço (PSDB-SP) e de Aécio Neves (PSDB-MG), a PEC reforça, entre outras medidas, a exigência de fidelidade partidária de

políticos eleitos e extingue as coligações nas eleições proporcionais, além de estabelecer uma cláusula de barreira na atuação parlamentar dos partidos.

No esforço concentrado do último dia 22, o presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a defender a redução do número de partidos políticos e disse que, devido à grande quantidade de agremiações, hoje não é possível fazer uma identificação programática de cada legenda.

— Nós temos um amontoado de legendas no Congresso Nacional. Trinta legendas, se não me engano, o que dificulta verdadeiramente a construção de uma maioria parlamentar. E

sem maioria parlamentar nós vamos ter mais dificuldade na estabilização política — argumentou Renan.

A PEC 48/2015, que convalida atos administrativos do estado de Tocantins, terá sua quinta e última sessão de discussão no primeiro turno. Em segundo turno, a PEC ainda precisa passar por mais três sessões de discussão. A proposta é de autoria de Vicentinho Alves (PR-TO).

A pauta tem dois requerimentos de urgência. Um deles é para o projeto que aumenta o salário dos ministros do STF (PLC 27/2016) e o outro é para o que trata do subsídio do procurador-geral da República (PLC 28/2016).



Passado o 1º turno das eleições, Senado retoma votações hoje com pauta trancada por duas medidas provisórias que destinaram recursos para o RJ

Congresso deve concluir LDO e votar recursos para o Fies

O Congresso vai se reunir hoje, às 19h, para concluir a votação Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 e analisar vetos e projetos de abertura de créditos suplementares para ministérios — entre eles, o que libera recursos para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Os parlamentares chegaram a se reunir no dia 20, mas não houve quorum para votação. A líder do governo no Congresso, Rose de Freitas (PMDB-ES), lamentou o adiamento da autorização de recursos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e para o Fies, prevista no PLN 8/2016.

Para a senadora, isso mostra a falta de compromisso com o setor. Rose classificou o adiamento da votação como descaso e afirmou que o resultado disso é o fraco desempenho dos estudantes brasileiros mostrado em pesquisas recentes.

Eduardo Amorim (PSC-SE) disse ter recebido apelos de alunos de cursos de medicina que não têm como pagar o curso sem o Fies, preocupados com a situação, e de suas famílias.

— Imagine o desespero de alguém que está no meio do curso, chega o governo e diz que agora não tem mais financiamento.

O presidente do Congresso, Renan Calheiros, comprometeu-se a avançar na pauta e votar o projeto que autori-

za crédito de R\$ 400,9 milhões para a realização do Enem e de R\$ 702,5 milhões para o Fies.

Destaques

O texto principal da LDO (PLN 2/2016) foi aprovado pelo Congresso na madrugada de 24 de agosto. Entretanto, ficaram pendentes três destaques. Dois deles têm por objetivo evitar que os recursos orçados para a área de ciência e tecnologia em 2017 sejam bloqueados. Ou seja, evitar que entrem no decreto de contingenciamento, editado no início de cada ano. O governo poderá resistir a esse pleito.

O terceiro destaque suprime dispositivo do relatório de Wellington Fagundes (PR-MT) que permite ao governo alterar em até 20% a composição da carteira de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O governo já se posicionou contra o destaque. A retirada do dispositivo exigirá que qualquer alteração no conjunto de projetos com identificador próprio do PAC seja submetida ao Congresso. Portanto, o governo perderia flexibilidade e agilidade nessas alterações.

Saúde

Mais oito projetos de crédito suplementar estão na pauta. O PLN 15/2016 libera pouco mais de R\$ 59 milhões para os Ministérios da Saúde, do Tra-

balho e Previdência Social e da Justiça e Cidadania. A maior parte dos recursos extraordinários vai para a pasta da Saúde. São R\$ 50 milhões para apoiar os municípios com até 50 mil habitantes na elaboração dos planos municipais de saneamento básico. O dinheiro será também usado na perfuração de poços em comunidades rurais e na construção de sistemas simplificados de abastecimento de água na região do semiárido.

Vetos

Na mesma sessão, devem ser analisados sete vetos (números 30 a 36), apresentados pelo presidente da República a projetos aprovados pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

O primeiro veto da lista (VET 30/2016) recai sobre a Lei 13.319/2016 e impede o aumento do limite de participação de capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras. A lei é fruto de uma medida provisória (MP 714/2016) que, entre outras mudanças, elevava esse limite dos atuais 20% para 49% do capital com direito a voto das empresas. Na Câmara dos Deputados, esse percentual foi elevado para 100%, o que efetivamente extinguiu o limite para a participação estrangeira nas companhias aéreas nacionais.

Os líderes partidários no Senado entraram em acordo para aprovar a

proposta com o compromisso do veto a esse dispositivo pelo presidente Michel Temer, o que de fato ocorreu. Na versão atual da lei, o limite continua em 20%.

Os vetos de números 31 ao 35 foram aplicados a projetos de lei que tratam de reajustes de diversas carreiras. O VET 31/2016, por exemplo, altera a vigência do reajuste para servidores da Câmara dos Deputados. No texto original, estipulava-se que a Lei 13.323/2016, publicada no final de julho, garantiria aumentos retroativos ao início do ano.

No entanto, o Executivo observou que a LDO de 2016 proíbe que as leis editadas neste ano produzam efeitos financeiros anteriores a sua entrada em vigor. Dessa forma, a validade dos reajustes começa apenas na data de publicação da lei.

Saneamento

O VET 36/2016 recai sobre a Lei 13.329/2016, que cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb), programa que visa estimular empresas do setor a aumentar o volume de investimentos por meio de créditos tributários. O trecho vetado permitia que essas empresas ganhassem descontos nas suas contribuições para o PIS-Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Cidadãos fiscalizam pela internet como prefeitos aplicam dinheiro público

Leis determinam que prefeituras e câmaras municipais precisam manter sites com dados atualizados de suas finanças, para que a sociedade saiba como as verbas estão sendo aplicadas e denunciar problemas

Simone Franco

NO DOMINGO, OS eleitores foram às urnas para escolher os prefeitos e os vereadores que cuidarão dos municípios pelos próximos quatro anos. O compromisso dos cidadãos com o seu município, porém, não se resume ao voto na urna

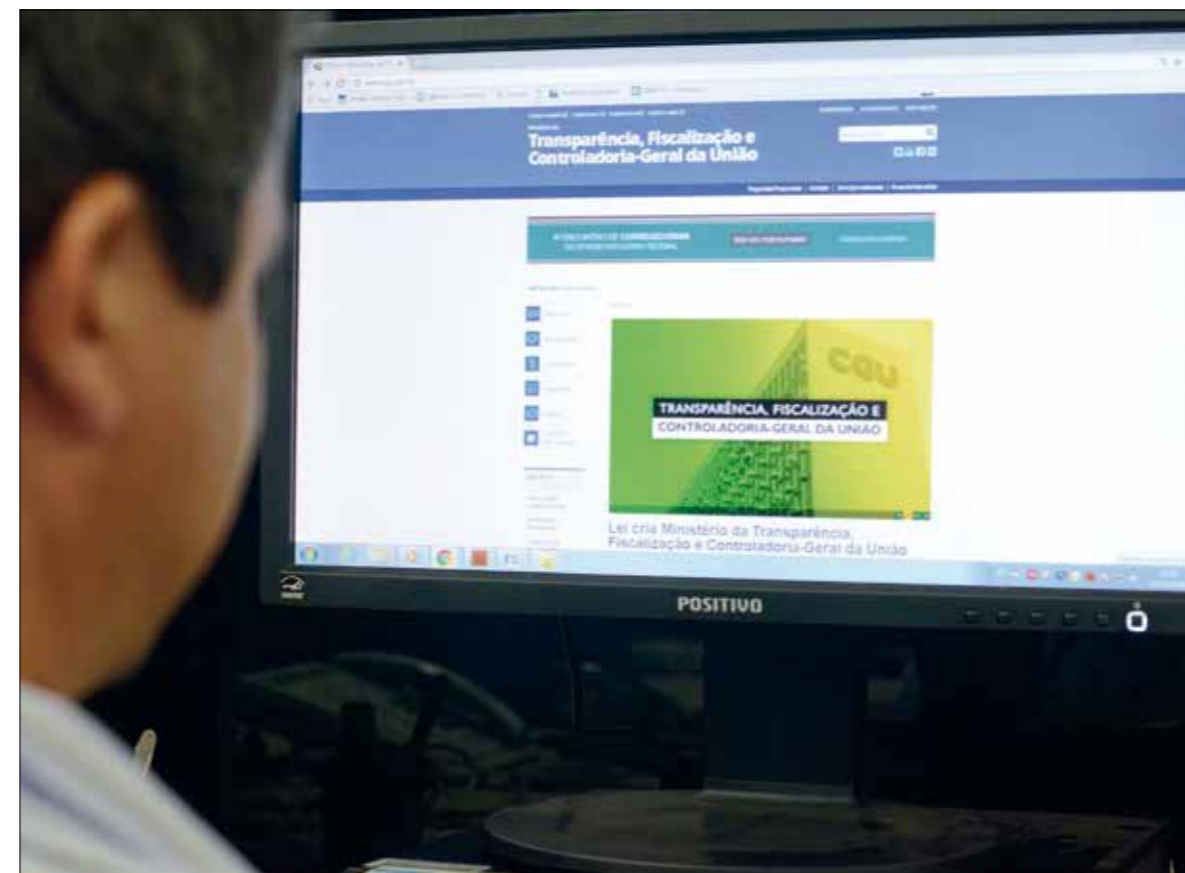
eletrônica. Eles podem e devem também fiscalizar as contas do administradores municipais e a execução das políticas públicas. Qualquer pessoa é capaz de exercer esse papel fiscalizador. O ponto de partida são os portais de transparência das prefeituras. São sites que oferecem tanto um catálogo das receitas e das

despesas públicas quanto um canal de denúncia de desvios praticados por agentes públicos. Trata-se de uma ferramenta que precisa ser oferecida por todo o poder público. O governo federal e os governos estaduais também têm seus portais de transparência.

Repasse federais

Foi o senador João Capiberibe (PSB-AP) que apresentou o projeto que se transformou na Lei Complementar 131/2009, que tornou obrigatória a divulgação pela internet, em tempo real, de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados e dos municípios.

O processo de transparência nas contas públicas começou antes, com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000). Os dispositivos das



O Portal da Transparência do Governo Federal permite que cidadãos acompanhem o destino que município dá a verbas federais

leis de 2000 e 2009 foram reforçados pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.257/2011). As três normas dão esteio ao funcionamento do Portal da Transparência do Governo Federal, uma ferramenta operada pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União que permite ao cidadão fiscalizar a aplicação das verbas públicas.

O Portal da Transparência não reúne só a movimentação federal. O cidadão também encontra informações sobre recursos da União repassados para os estados e os municípios, seja via transferências obrigatórias (Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação

dos Municípios), seja por meio de convênios. Essas informações estão no espaço "Transparência nos Estados e Municípios", onde há links para os portais de transparência dos estados e dos municípios.

Cursos gratuitos

Preocupado em incentivar os cidadãos a fiscalizar as finanças dos municípios, o Ministério da Transparência criou o programa Olho Vivo no Dinheiro Público, que oferece atividades presenciais e à distância.

O ministério também promove cursos gratuitos on-line sobre controle interno, licitações, contratos administrativos e controle social do Fundeb. Os

interessados podem acessar o site da Escola Virtual do Ministério da Transparência.

Os cidadãos devem denunciar desvios ou irregularidades em seu município. Se a malversação envolver verbas federais, a denúncia pode ser feita ao Ministério da Transparência (*veja link no final da página ao lado*). Os fatos devem ser descritos de forma clara, simples e objetiva, se possível com nomes, locais, datas e documentos, de forma a viabilizar a investigação.

Na cidade, a fiscalização é feita pela Câmara Municipal, pelo Ministério Público Estadual, pelo Tribunal de Contas do Estado — ou pelo Tribunal de Contas do Município, se houver.

Foto: Volney/Diário Senado

Cartilha do Senado incentiva proximidade entre vereador e povo

A Consultoria Legislativa do Senado e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) devem editar em breve o *Manual do Vereador*. A publicação se baseia num estudo elaborado pelo consultor legislativo Victor Marcel Pinheiro e aborda, entre outras questões, as formas de participação popular nas atividades do Poder Legislativo municipal.

— O *Manual do Vereador* tem os objetivos de esclarecer o papel de cada ator político dentro do município e de incentivar o vereador a aceitar uma maior aproximação do cidadão aos trabalhos da Câmara Municipal — explica Pinheiro.

De acordo com o consultor legislativo, a publicação pretende reforçar a consciência parlamentar sobre o direito de petição do cidadão — seu direito de buscar informações, dar sugestões e exigir providências dos agentes públicos municipais.

Essa prerrogativa foi reforçada com o advento da Lei de Acesso à Informação (LAI), de 2011, que estabeleceu dois tipos de transparência: a ativa, quando o poder público disponibiliza os dados aos cidadãos em seu portal na internet, e a passiva, quando o cidadão não encontra o que procura e precisa apresentar uma petição para ter acesso à informação desejada.

Pinheiro reconhece as dificuldades enfrentadas pelos municípios para cumprir a LAI e estruturar os seus portais de transparência. Uma saída possível, assinalou, é recorrer à capacitação oferecida pelo programa federal Brasil Transparente.

Direito de petição

Ele observou que a carência de suporte técnico na área é tão grande que a LAI dispensou os municípios com menos de 10 mil habitantes de publicar a movimentação de suas receitas e despesas na internet. Pinheiro acredita, entretanto, que essa flexibilidade deverá ser revista em breve, considerando que a ideia da lei é justamente cobrar dos municípios que se estruturarem para dar publicidade irrestrita a suas contas.

— Tenho batido cada vez mais na tecla do direito de petição, ainda pouco conhecido da população. Os órgãos públicos têm o dever de responder ao questionamento ou à sugestão feita, apresentando as razões pelas quais acolhe ou não a solicitação. Se eu estou com um problema na minha rua e levo isso ao conhecimento da prefeitura, ela precisa dizer que recebeu a solicitação de informações e tem de fazer a avaliação de seu conteúdo — sustenta o consultor legislativo.



Vereadores na Câmara de Tubarão, que, forçada por nova lei, passou a gastar menos

Após pressão popular, verba de câmara municipal é cortada à metade

Os avanços no controle social de gastos públicos ainda são lentos, mas experiências inovadoras têm surgido. Na semana passada, o Observatório Social do Brasil (OSB) marcou "um grande gol", nas palavras de sua diretora-executiva, Roni Enara Rodrigues. O episódio celebrado foi a aprovação de um projeto de iniciativa popular que cortou 50% nos recursos transferidos pela prefeitura para a Câmara Municipal de Tubarão (SC). Com isso, o repasse mensal de 6% do orçamento municipal despencou para 3%.

— Isso é um fato inédito. Do conhecimento que temos, nenhuma câmara havia feito isso — diz Roni, que espera que o exemplo seja levado a outros municípios.

só vai acontecer com a diminuição nas verbas repassadas pela prefeitura.

— Isso foi provado em Tubarão. O custo da câmara municipal era muito maior do que o de outras cidades da região de mesmo porte, então era possível trabalhar com um valor menor. Ficou provado ainda que era exagerado o número de cargos comissionados: três vezes maior que o de efetivos, totalmente fora do que manda a lei — explica Roni.

Consciência e atitude

O feito obtido em Tubarão foi gestado por mais de um ano e resultou da parceria entre o OSB e entidades locais empresariais e de serviços.

— Os cidadãos foram para a câmara municipal e se posicionaram. A mídia também se posicionou. Foi assim que a coisa aconteceu. Se não houvesse essa união e essa pressão, provavelmente a coisa não teria saído. Isso mostra que a consciência aliada à atitude faz as mudanças de que a gente precisa — ela afirma.

Custo exagerado

Para a diretora-executiva da OSB, não adianta a sociedade brigar pela redução do número de vereadores ou dos salários deles. A mudança nos gastos do Poder Legislativo municipal

Segundo ONG, o que muitas prefeituras têm é portal de "aparência", não de transparência

Ainda falta muito para que as administrações municipais sejam transparentes, afirma a diretora-executiva do Observatório Social do Brasil (OSB), Roni Enara Rodrigues.

O OSB é uma organização não-governamental engajada na causa do controle social das contas e das políticas públicas. Atua em 110 cidades de 19 estados e reúne 3 mil voluntários. A estimativa é que nos últimos quatro anos o esforço do OSB por fiscalizar a aplicação de verbas públicas tenha gerado uma economia de R\$ 1 bilhão aos cofres municipais.

— É um dinheiro que deixou de ser mal utilizado ou desviado. A cifra mostra que esse trabalho vale a pena — avaliou Roni.

O que o cidadão precisa fazer para acompanhar o trabalho do prefeito e dos vereadores?

O primeiro passo é visitar o portal de transparência da prefeitura ou da câmara municipal. Se não encontrar as informações que busca, o caminho é fazer um pedido de informação. No portal deve haver um espaço para que o cidadão faça o pedido e deixe o contato para receber a resposta. A outra forma é integrar-se a alguma organização, associação de bairro ou entidade que tenha como foco a transparência e o controle sobre os gastos públicos.

As prefeituras têm cumprido a Lei de Acesso à Informação e estruturado os portais de transparência?

Temos encontrado inúmeras dificuldades em muitos municípios. A gente brinca que muitos têm portal de "aparência", e não de transparência, porque você não encontra as informações.

Ou então encontra dados fechados ou planilhas cujos dados não podem ser cruzados com outras informações. A parte de licitações nem sempre está atualizada ou só tem o resumo do edital. A maioria dos pequenos municípios é muito deficitária em seus portais e enfrentam problemas técnicos, por exemplo. Prefeitos alegam que os fornecedores usam diferentes softwares e, com isso, os dados não se comunicam. Essa é uma realidade, não é só uma desculpa. No Paraná, o Ministério Público estadual fez um mapeamento de todos os portais de prefeituras e câmaras e ofereceu um portal modelo e um software gratuito. Vários termos de ajustamento de conduta já foram firmados, mas ainda não estão sendo cumpridos. Às vezes falta interesse em disponibilizar um funcionário para cuidar disso

e da capacitação dos demais servidores.

E os portais de transparência das câmaras municipais?

A situação é muito pior. Embora a câmara seja o órgão fiscalizador do Executivo municipal, ela não dá o exemplo. São poucas as câmaras que têm um portal correto, com todas as informações, especialmente a respeito de diárias [gastos em viagens].

Quando o cidadão acessa um portal sem as informações que procura ou com informações inacessíveis, a quem recorre?

O que ele pode fazer é o pedido de informação pelo próprio site ou escrever uma carta e protocolá-la na prefeitura pedindo a informação que deseja. Se ele não receber o retorno em até 20 dias, como prevê a lei, deve procurar o Ministério Público para fazer uma denúncia.

O OSB tem um ranking de municípios em relação ao portal



Para Roni Rodrigues, do Observatório Social do Brasil, muitos sites ainda são falhos

de transparência?

Não temos dados gerais, mas posso citar exemplos. Blumenau, em Santa Catarina, tem uma prefeitura modelo. Temos levado muitas prefeituras para conhecer a experiência da atual gestão, que realmente entendeu a proposta de trabalho do Observatório e acolheu muito as propostas. É um portal de transparência que tem praticamente tudo, inclusive informações sobre a frota de veículos.

Se um cidadão de Blumenau vir um veículo da prefeitura na rua, ele digita a placa no portal e tem como saber para onde ele está indo. Eles também têm um sistema de gestão de vagas nas creches pela internet, alimentado por senha. Ninguém fura fila porque só duas pessoas na prefeitura têm a senha: o prefeito e o coordenador da área. As licitações são transmitidas on-line e o cidadão pode assistir ao momento de negociação

de uma proposta de licitação. Também foi criada a Secretaria de Transparência, com várias organizações da sociedade civil com assento.

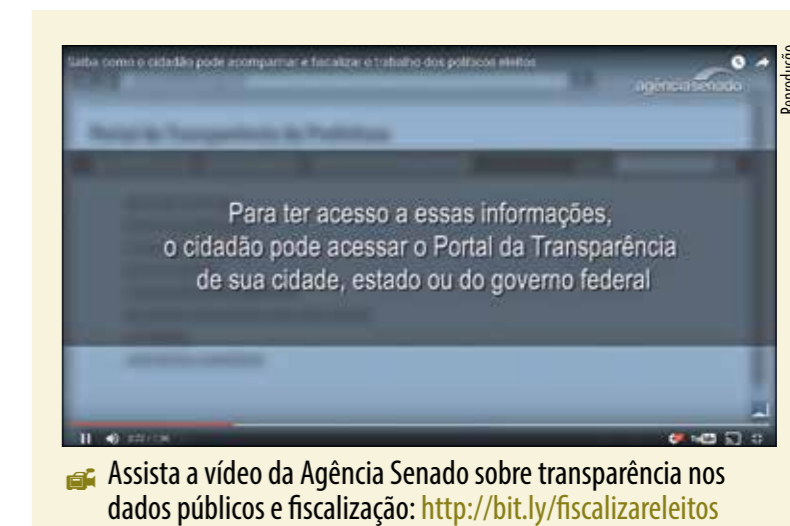
A conscientização em torno dos portais de transparência é uniforme no país ou está concentrado em certas regiões?

Os processos no Sul e no Sudeste são muito mais ativos e rápidos. No Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, são mais demorados e menos cidades estão sendo contagiadas. Crescem, mas em ritmo mais lento. Além disso, a internet não é uma realidade para todo mundo. Em relação aos observatórios sociais, mais 30 cidades devem criá-los até o final deste ano e outras 200 cidades têm pedido informações sobre adesão ao sistema.

Quando o cidadão faz uma denúncia num portal de transparência, qual é a chance de haver apuração?

No Observatório, nós usamos um canal direto, via ofício à

prefeitura, com cópia para o secretário da área e para o controlador interno. Se o cidadão já tem dificuldade de retorno ao fazer um pedido de informação, imagina se for denúncia. Isso se for denunciar para o órgão executor. Se for denunciar para o Ministério Público, é outra tratativa. Por isso, digo que fazer denúncia no portal de transparência da prefeitura é quase inócuo. A não ser em alguma prefeitura que tenha esse canal bem ativo e estruturado, aí é outra situação. Nós estamos iniciando uma parceria com a Transparência Internacional, e uma das preocupações da entidade é a proteção ao denunciante. Eles perceberam que quem denuncia aqui no Brasil corre risco de sofrer retaliação e ameaças. Por isso, estão procurando criar mecanismos de proteção ao denunciante. Os cidadãos de cidades pequenas, onde todo mundo se conhece, ficam marcados ao fazer uma denúncia. As coisas tratadas individualmente sempre ficam mais difíceis.



Assista a vídeo da Agência Senado sobre transparência nos dados públicos e fiscalização: <http://bit.ly/fiscalizareleitros>

Saiba mais

Olho Vivo no Dinheiro Público
<http://bit.ly/OlhoVivoDinheiroPublico>
Escola Virtual do Ministério da Transparência
<http://bit.ly/escolaCGU>
Lei de Acesso à Informação
<http://bit.ly/leiacessoinformacao>

Denúncias ao Ministério da Transparência
<http://bit.ly/denunciasCGU>
Lei Complementar 131/2009
<http://bit.ly/LCP131de2009>
Lei de Responsabilidade Fiscal
<http://bit.ly/LCP101de2000>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Torcidas organizadas reclamam de preconceito

Em audiência pública no Senado, representantes das entidades afirmaram que são vítimas de uma campanha de criminalização por parte do Estado e de setores da mídia

AS TORCIDAS ORGANIZADAS estão sofrendo uma “campanha de criminalização nunca antes vista”, tanto por parte de setores da mídia como de órgãos do Estado, afirmou o sociólogo Alex Sandro Gomes, da Associação Nacional das Torcidas Organizadas (Anatorg), em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), na quinta-feira.

Requerida por Hélio José (PMDB-DF) com o objetivo de discutir o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003), a audiência teve representantes do Ministério dos Esportes, do Ministério Público, de órgãos de segurança e de torcidas organizadas como Raça Rubro-Negra (Flamengo), Força Jovem (Vasco), Máfia Azul (Cruzeiro), Mancha Verde (Palmeiras) e Ira Jovem (Gama).

— Choca-me muitas vezes o tratamento que recebemos da mídia, de pessoas que não conhecem o que fazemos. Nada sabem sobre a inserção positiva



Representantes de torcidas organizadas e de órgãos públicos participam do debate coordenado por Hélio José (3º à esq.).

que temos em comunidades populares, em atividades culturais e de inclusão de jovens — disse o sociólogo.

Ele não nega que membros de torcidas se envolvam em casos de violência, mas pede aos órgãos estatais que punam diretamente os indivíduos envolvidos, não a torcida organizada como um todo, que pode ser fechada por ações do Ministério Público ou proibida de se manifestar.

— Esses atos de violência não têm o apoio de nenhuma torcida. Temos que ser vistos como parceiros no combate ao problema. Somos parte da solução — garantiu.

Responsabilidade

Wallace Mendonça, da Força Jovem, reclamou do “processo de criminalização” que as torcidas estariam sofrendo, em grande parte, a seu ver, por preconceito “de quem só

conhece essas instituições pelo que a TV noticia”. Ricardo Leal, da Mancha Verde, lembrou a responsabilidade que o poder público e as entidades organizadoras têm nos distúrbios.

— É muito comum não cumprirmos os protocolos acertados em reuniões prévias com as próprias torcidas — afirmou.

O secretário nacional de Futebol do Ministério do Esporte, Gustavo Perrella, garantiu que o governo vê as torcidas orga-

nizadas como “parceiras” na diminuição de episódios de violência envolvendo partidas oficiais e que a entidade está “de portas abertas” para reuniões. Ele disse que desde 2014 o ministério vem realizando seminários sobre o tema e que a iniciativa continuará.

— O ministro Leonardo Picciani é um entusiasta do esporte como um meio de melhorar a sociedade. E é do interesse das próprias torcidas expulsar quem pratica atos de vandalismo — disse Perrella.

Cadastro

O secretário defendeu a criação do Cadastro Único dos Torcedores, relatando que já vem trabalhando na implementação do instrumento. A medida teve o apoio do representante do Ministério Público do Distrito Federal, Bruno Freitas, que garantiu que a instituição “jamais teve a intenção ou agiu de forma a demonizar as torcidas”.

Gleisi afirma estar segura de que provará inocência

Na quarta-feira, Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que recebeu com tristeza a decisão do Supremo Tribunal Federal de acatar denúncia da Procuradoria-Geral da República contra ela e o marido, o ex-ministro Paulo Bernardo. A senadora reiterou que não há prova de recebimento de dinheiro ilícito para campanha em 2010 e se disse segura de que será julgada “com serenidade, imparcialidade e isenção”.

Na terça passada, ela criticou as prisões dos ex-ministros Antônio Palocci e Guido Mantega e afirmou que a Lava Jato perde credibilidade ao ceder a motivações políticas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Cristovam defende “debate cuidadoso” sobre ensino médio

A modernização do currículo escolar é importante, mas requer um debate cuidadoso, disse Cristovam Buarque (PPS-DF) em discurso sobre a reforma do ensino médio, na quarta-feira. Entre os pontos que considerou positivos, está a possibilidade de o aluno poder montar seu currículo, com escolha de disciplinas optativas, e disse esperar a modernização dos métodos e dos conteúdos. A medida provisória que institui as mudanças (MP 746/2016) foi enviada ao Congresso na semana passada.

— Para mim, essa MP é mais ou menos como a Lei do Ventre Livre. Está longe de ser a Lei Áurea, mas é um passo adiante.

Em outro pronunciamento sobre a reforma, na terça passada, o senador se manifestou favorável a tratar o assunto por meio de medida provisória, devido à urgência das mudanças.

Reintegração de posse de terra deve ser ágil, diz Alvaro

Alvaro Dias (PV-PR) criticou na quarta-feira os governos estaduais que não cumprem ordem de reintegração de posse de terras invadidas por sem-terras, pois, para ele, isso estimula novas invasões. Ele contou que em Quedas do Iguaçu, no Paraná, a Justiça ordenou em maio a reintegração de fazenda da empresa de reflorestamento Araopel, mas até agora nada foi feito. O senador disse que o conflito na região é grave e exige uma atuação do governo para dar tranquilidade à população e aos trabalhadores.

Em discurso na terça-feira, Alvaro falou sobre a prisão de Antonio Palocci. Para ele, a prisão aproxima a Lava Jato dos empréstimos do BNDES, que precisam ser investigados.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Medeiros critica PT e frisa importância do voto municipal

“O PT fala como se todas as mazelas do Brasil tivessem começado após a posse de Michel Temer, sem fazer uma autocrítica e sem assumir seus erros”, afirmou José Medeiros (PSD-MT) na terça-feira passada. Segundo o senador, os petistas se colocam como vítimas e criticam as medidas propostas pelo governo Temer para melhorar a vida do país, sem, “em nenhum momento”, falar que os municípios estão quebrados e que os estados estão com dificuldade para pagar seus funcionários.

O senador observou que o eleitor teria a chance de evitar candidatos demagógicos nas eleições de domingo. O voto é mais importante que a Lava Jato para mudar a vida do país, ressaltou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lídice lamenta redução no número de candidatas

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres foram 31,6% do total de candidatos nas eleições deste ano, menos que em 2012, quando foram 32,79%, lamentou Lídice da Mata (PSB-BA).

— Em um cenário onde a participação das mulheres na política está longe de apresentar equilíbrio, qualquer redução do número de candidaturas femininas na disputa eleitoral é lamentável — disse.

Para a senadora, o sistema atual é ineficiente para promover a ascensão política igualitária das mulheres. Ela lembrou que o sistema de lista fechada (com alternância de candidatos homens e mulheres) tem tido êxito em outros países, mas foi recusado na reforma política.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Nota da senadora sobre a decisão do STF: <http://bit.ly/notagleisi>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Renan: eleições mostram aceitação do PMDB

Presidente do Senado comemorou o crescimento do seu partido, que disputa 14 prefeituras no segundo turno e deve comandar 20% dos municípios do país no ano que vem

CERCA DE 20% dos municípios brasileiros serão administrados pelo PMDB a partir de 2017, afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele comemorou o crescimento de seu partido nas eleições municipais ocorridas no último domingo. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o PMDB ampliou o número de prefeituras sob seu comando, passando de 1.015 em 2012 para 1.028 (eleitos no primeiro turno) nestas eleições, disse.

— Uma votação muito expressiva sob todos os aspectos, mas que precisa ser realçada dentro de um quadro de absurda fragmentação partidária no país, com mais de 36 legendas em funcionamento. Manter a primeira posição e aumentar a predileção entre os eleitores de todo o Brasil numa pulverização partidária profunda é, sem dúvida, motivo de muita celebração — destacou.

Renan disse ainda que, nos grandes centros com mais de 200 mil eleitores, o partido



PMDB conquistou a maior quantidade de cadeiras nas câmaras municipais, elegendo 7.570 mil vereadores, destacou Renan

conseguiu eleger, já em primeiro turno, sete prefeitos. E tem candidatos na disputa do segundo turno em outras 14 grandes cidades, sendo 6 capitais.

Outro ponto comemorado pelo peemedebista foi o número total de votos recebido pela legenda: 14,8 milhões, perdendo apenas para o PSDB,

que obteve 17,6 milhões de votos, metade deles na capital paulista.

Vitalidade

Para Renan, esses resultados revelam a “vitalidade” e a “aceitação” do partido nas câmaras municipais. Em todo o Brasil, o PMDB conquistou a maior quantidade de cadeiras,

com 7.570 vereadores eleitos. Número superior ao segundo colocado, o PSDB, que elegeu 2,2 mil representantes a menos.

— Uma eleição é uma disputa entre os partidos pela preferência entre os eleitores. E nesta disputa, neste momento, fica claro que o PMDB é a legenda que obteve a vitória no

maior número de municípios e elegeu a maior quantidade de vereadores. Um patrimônio eleitoral robusto que deve ser tratado com muito zelo, tendo em vista a eleição presidencial de 2018.

Alagoas

Renan também registrou o “excepcional momento eleitoral” do PMDB em Alagoas. Das 102 cidades do estado, o partido elegeu 38 prefeitos, sendo 10 mulheres, e, por meio de alianças, outros 37, num total de 75 municípios. Esse foi, segundo o senador, o maior crescimento do partido entre todas as unidades da Federação.

— O número de mulheres eleitas pelo partido cresceu. Esse número ainda está longe do ideal, mas é alvissareiro. O PMDB, portanto, foi o partido que, novamente, mais elegeu prefeitos e vereadores, reiterando a pujança da sigla, seu reconhecimento, aceitação, credibilidade, capilaridade, força e expressão nacional.

Cristovam: eleições mostram que esquerda terá que se transformar

Ao avaliar o resultado das eleições municipais, Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que os representantes da esquerda tradicional foram “enterrados” nas urnas porque o eleitor está cansado das mesmas propostas.

Segundo ele, a rejeição do povo ao PT e os protestos contra a corrupção e o aparelhamento do setor público são as faces mais evidentes de um desgaste profundo. Os partidos

de esquerda, disse o senador, se mostraram “reacionários” diante das transformações mundiais.

Cristovam frisou a importância da esquerda, mas cobrou representantes capazes de sintonizar-se com as transformações no mundo.

— Vamos mudar os políticos, mas, para isso, temos que escolher entre aqueles que vão trazer propostas novas.

Ana Amélia diz que derrota do PT nas urnas esvazia tese de “golpe”

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o resultado das eleições municipais foi um “não retumbante” ao que chamou de desmandos de 13 anos de governos do PT, que teriam levado o Brasil à ruína, com 12 milhões de desempregados, inflação alta e perda de credibilidade internacional.

As urnas, ao evidenciarem a derrota do PT,



disse, puseram por terra a tese de golpe, tão repetida pelos integrantes do antigo governo, corroborando a decisão do Senado pelo impeachment de Dilma. — Saí de alma lavada por essa consagração sábia do eleitorado brasileiro, que teve uma atitude madura, comprometida com o regime democrático.

Hélio José defende reforma política contra caixa dois e abuso do poder

Hélio José (PMDB-DF) ressaltou como pontos principais das eleições a tranquilidade, a rapidez e a confiabilidade com que os resultados foram apurados e divulgados pela Justiça Eleitoral.

Segundo o senador, a disputa municipal mostrou que o país pode conviver com campanhas mais baratas. Ele reclamou, porém, que ainda houve muitos casos de caixa dois e de abuso do

poder econômico. Hélio José defendeu o combate a essas práticas.

— São aprendizados necessários para fazer a reforma política, para que a gente não tenha a repetição disso na próxima eleição.

Ele também defendeu medidas para desenvolver os mais de 20 municípios de Goiás e Minas Gerais vizinhos ao Distrito Federal, que formam o Entorno.

Presidente do Banco Central fala hoje em audiência

O presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, falará hoje, em audiência pública, sobre as diretrizes e as perspectivas futuras da política monetária. A reunião acontece na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa.

No primeiro relatório trimestral da inflação sob o comando de Ilan Goldfajn, o Banco Central previu inflação abaixo da meta de 4,5% em 2017, o que pode favorecer o corte de juros básicos. O relatório condiciona, no entanto, o corte de juros à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que limita os gastos do governo. O relatório foi divulgado no último dia 27.

A audiência está prevista no artigo 99 do Regimento Interno do Senado, que determina a promoção de audiências públicas regulares na CAE com o presidente do Banco Central para discutir esse

tema. Essas audiências geralmente ocorrem na primeira quinzena de fevereiro, abril, julho e outubro.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Futuro da política monetária deve ser abordado por Goldfajn em debate na CAE

Comissão avalia relatório de MP que facilita privatizações no setor elétrico

A falta de quorum impediu a abertura, ontem, da sessão da comissão mista responsável por analisar a medida provisória que facilita concessões e privatizações no setor elétrico. O relatório da MP 735/2016, do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), foi distribuído sem apresentação formal aos membros do colegiado. O texto deve ser lido hoje, em reunião marcada para as 11h30.

A MP muda a Lei 12.783/2013 e autoriza a União a transferir empresa de energia elétrica sob seu controle direto ou indireto (que pode ser geradora, transmissora ou distribuidora de energia) ao consórcio privado vencedor da licitação pelo prazo de 30 anos. Ou seja, a licitação do serviço está associada

à transferência da empresa que já explora os ativos.

A medida estabelece também que, a partir de 2017, caberá à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica a responsabilidade de gerir a Reserva Global de Reversão (RGR), que financia o programa de universalização do acesso à energia. A MP também faz modificações na gestão e no rateio das cotas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo que promove o acesso à energia em todo o território nacional.

Se aprovada na comissão mista, a MP ainda será analisada pelos Plenários da Câmara e do Senado. A comissão mista é presidida pelo senador Hélio José (PMDB-DF).

Parlamentares querem alterar proposta do governo para temas como formação de professores e obrigatoriedade do ensino de línguas estrangeiras, artes e educação física

MP do ensino médio teve mais de 550 emendas

A MEDIDA PROVISÓRIA que altera regras curriculares e de funcionamento do ensino médio recebeu 568 emendas de deputados e senadores e aguarda a instalação de uma comissão mista para analisá-la. O texto da MP 746/2016, que não teve boa recepção popular, deve sofrer diversas mudanças no Congresso. No Portal E-Cidadania, do Senado, mais de 64 mil internautas se manifestaram contrários à medida até ontem, enquanto menos de 3 mil cidadãos apoiaram o texto.

Depois da comissão, a MP será avaliada pelos Plenários da Câmara e do Senado. A medida cria a Política de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Para isso, eleva a carga horária mínima anual, progressivamente, das atuais 800 horas para 1,4 mil horas. Algumas das principais — e mais polêmicas — mudanças sugeridas pelo texto tornam facultativo o ensino de arte, educação física, sociologia e filosofia. Essas matérias poderão ser incluídas na Base Nacional Curricular Comum, parte integrante obrigatória dos três anos do ensino médio, que ainda está sendo discutida no Ministério da Educação. Português e matemática permanecem obrigatórias.

De acordo com a MP, cerca de 1,2 mil horas da carga horária total do ensino médio serão destinadas ao conteúdo obrigatório definido pela base nacional. No restante da formação, os alunos poderão escolher seguir cinco trajetórias: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. A classificação toma como referência o modelo usado na divisão das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A emenda apresentada por Paulo Paim (PT-RS) quer a revogação integral da MP, sob o argumento de que a proposta foi oferecida ao Congresso de forma “arbitrária e antidemocrática” e sem os requisitos constitucionais de relevância e urgência. “A medida provisória apenas escancara o desejo do atual governo em limitar o acesso da população e das entidades educacionais às decisões em torno da reforma do ensino médio”, argumenta Paim.

Disciplinas facultativas

Vários senadores se preocuparam com a obrigatoriedade da oferta de língua estrangeira. Emendas de Paulo Bauer (PSDB-SC) e Eduardo Amorim (PSC-SE) tornam obrigatório o ensino da língua inglesa, nos três anos do ensino médio, e garantem o ensino optativo para outras línguas estrangeiras, como o espanhol. Já sugestões de Paim e do deputado Marco Maia (PT-RS) pretendem manter a obrigatoriedade do ensino de língua espanhola.

Emendas de Bauer e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) visam tornar obrigatória a inclusão de estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia na base curricular. Paim e Ronaldo Caiado (DEM-GO) apresentaram emendas para manter a obrigatoriedade das aulas de artes e de educação física durante todo o ensino médio. Romário (PSB-RJ) também pleiteia a manutenção da educação física como disciplina



Presidente Michel Temer (E) e o ministro da Educação, Mendonça Filho, durante cerimônia de lançamento do novo ensino médio, no dia 22 de setembro

mandatória e apresentou emenda para incluir o estudo do direito constitucional no currículo.

Bauer também propõe retirar da MP a possibilidade de aproveitamento de conteúdos cursados no ensino médio para créditos no ensino superior.

Emenda de Cristovam Buarque (PPS-DF) inclui a oferta obrigatória, com matrícula facultativa para os alunos do ensino médio, do ensino da língua brasileira de sinais (Libras). Também propôs que a base curricular trate, nos temas transversais, de conteúdos relacionados à prevenção ao uso de drogas e álcool, educação ambiental e sexual, finanças pessoais e empreendedorismo, ética, democracia, cidadania e participação política.

Tempo integral

O governo anunciou que vai investir R\$ 1,5 bilhão em escolas de tempo integral, para atender 500 mil novos estudantes de ensino médio nesse regime até 2018. Lasier Martins (PDT-RS) preocupou-se com os recursos financeiros. O texto da MP estabelece que a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral garantirá ajuda financeira para estados e Distrito Federal por, no máximo, quatro anos. Emenda do senador estende esse prazo para dez anos.

Já Cristovam sugeriu que a Política de Fomento não fixe um prazo determinado, mas que faça o repasse às escolas até que o ensino em tempo integral esteja em pleno funcionamento. Ele propôs que não só o ensino médio se torne integral, mas também o ensino fundamental. Lasier também sugeriu que as escolas mantenham profissional das áreas de pedagogia ou psicologia habilitados para orientar vocacionalmente os alunos no processo de escolha da carreira profissional.

Roberto Rocha (PSB-MA) sugere que o projeto também contemple a criação do Programa Passe Livre Estudantil. O objetivo da emenda é garantir a gratuidade no transporte coletivo público para estudantes de baixa renda da rede pública e bolsistas da rede privada de ensino fundamental e médio no percurso entre a residência e a instituição de ensino em que estão matriculados.

Medida permite organização em módulos

A MP 746/2016 foi publicada no dia 23 de setembro e tem efeitos imediatos, mas deve ser aprovada pelo Legislativo em 120 dias, sob pena de perder a validade.

De acordo com a medida, o currículo do ensino médio continua abrangendo, obrigatoriamente, língua portuguesa, matemática, mundo físico e natural e realidade social e política. O mesmo vale para a educação infantil e para o ensino fundamental.

Temas transversais, como filosofia e sociologia, que até então eram disciplinas obrigatórias, poderão ser incluídos nesses currículos se previstos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dependendo de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo ministro da Educação, após ouvidos o Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União Nacional de Dirigentes de Educação.

A MP determina que o ensino médio pode ser organizado em módulos e com sistema de créditos ou disciplinas, que poderão contar até para um futuro curso superior. Estabelece também que o ensino de artes e de educação física integram obrigatoriamente os currículos do ensino infantil e do ensino funda-

mental. O mesmo não ocorre no caso do ensino médio.

O texto, que altera diversos trechos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394/1996), obriga as escolas a ensinar língua inglesa a partir do sexto ano do nível fundamental, podendo outras línguas ser ofertadas como matérias optativas, “preferencialmente o espanhol”. A LDB obrigava as instituições de ensino a oferecer “uma língua estrangeira moderna” a partir da quinta série.

Especificidades

A medida provisória estabelece ainda que o currículo do ensino médio é composto pela BNCC e por “itinerários formativos específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino”, com ênfase em linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Os sistemas de ensino poderão compor seus currículos com base em mais de uma dessas áreas.

A MP permite que profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino sejam professores da educação escolar básica “para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação”.

Propõe ainda que o benefício seja estendido aos matriculados em cursos técnicos e de qualificação profissional oferecidos pelo programa de seguro-desemprego.

Licenciatura

A possibilidade de contratação de professores sem diploma de licenciatura também é alvo de emendas. Paim sugere que essa permissão seja suprimida por completo do texto. Já José Pimentel (PT-CE) pede que a contratação de profissionais apenas pelo notório saber na área que ensinarão, quando acontecer, se dê em igualdade de condições com os professores diplomados, sem precarização da relação de trabalho

e sem “contornar” a necessidade de vínculo efetivo, por meio de concurso público, por exemplo. Emenda de Cristovam determina que os profissionais sem licenciatura deverão comprovar aos sistemas de ensino a experiência correlata ao conteúdo ministrado e se submeterem a avaliações periódicas.

Cristovam sugeriu também incluir no texto da lei que o Ministério da Educação dê prioridade aos professores da rede pública de educação básica no preenchimento das vagas disponíveis para os cursos de licenciatura e pedagogia no âmbito do Programa Universidade Para Todos (Prouni), que concede bolsas de estudo integrais e parciais na rede privada.